CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE COMDICA

RESOLUÇÃO N° 01/2025

Regulamenta o processo de escolha e posse dos suplentes ao Conselheiros Tutelares de Vila Flores RS e dá outras providências.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA no uso de suas atribuições legais que lhe conferem a Lei Federal n.º 8.069/1990, Lei Municipal nº 2.572 de 06 de dezembro de 2022 e demais alterações, e conforme reunião ordinária realizada 11/06/2025.

RESOLVE:

Art. 1º Convoca eleição para o processo de escolha e posse do cargo para suplente de Conselheiro Tutelar de Vila Flores RS, para mandato que compreenderá ao período da posse até 09 de janeiro de 2028, conforme o disposto na presente Resolução.

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º A presente resolução regulamenta o processo de escolha e posse de **Conselheiros suplentes** para o Conselho Tutelar, órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 3º O Processo para escolha dos membros a suplência do Conselho Tutelar contemplará a escolha de 5 (cinco) de suplentes, será realizada por eleição pelo voto direto, uninominal, secreto, universal e facultativo dos eleitores do Município de Vila Flores/RS.

Art.4º O processo será coordenado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA e fiscalizado pelo Ministério Público, e reger-se-á pelo disposto nesta Resolução.

Art.5º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente denominado simplesmente COMDICA, designou através da Resolução nº 01/2025 de 11 de junho de 2025, os membros da Comissão Especial Eleitoral encarregada da condução de todo o processo de escolha do Conselho Tutelar, denominada Comissão Especial.

§ 1º A Comissão Especial Eleitoral será composta por membros do Poder Executivo municipal e membros da Sociedade Civil indicados pelo COMDICA e por servidores designados pelo Executivo Municipal.

§ 2º § 2º A Comissão Especial Eleitoral será presidida pela Sra. Neuza Alves do Amaral, presidente do COMDICA, composta pelos seguintes membros representantes do Poder Público Municipal e da Sociedade Civil:

a) representantes do Poder Público Municipal:

- Jean Carlos Giroto
- Gilcéia Bellato Zanella
- Maira Miriã Brum Lamberty Hoffman

b) representantes da Sociedade Civil:

- Oziel Zotti
- Ladair Luiz Pessutto
- Inara Lunelli Chiomento

§ 3º A Comissão Especial Eleitoral poderá convocar outros integrantes do COMDICA, bem como, outros profissionais de reconhecido conhecimento das áreas de educação, psicologia, assistência social, medicina, ciências jurídicas e sociais e outras áreas afins, que não tenham qualquer vínculo com os candidatos inscritos ou interesse que venha a comprometer a lisura e seriedade do processo de escolha, para atuarem como auxiliares em todo o processo de escolha, inclusive para o desenvolvimento das fases do processo, em especial, curso preparatório e a prova escrita objetiva.

CAPÍTULO II
SEÇÃO I
DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ELEIÇÃO SUPLEMENTAR DE ESCOLHA DOS
CONSELHEIROS TUTELARES

Art. 6º O processo de escolha terá início com a publicação do Edital de Convocação que ocorrerá em consonância com o disposto no art. 139, §1º, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), na Resolução n. 231/2022 do Conanda e na Lei Municipal n. 2572 de 06 de dezembro de 2022 e disporá sobre:

a) Inscrição para registro das candidaturas (o calendário com as datas e os prazos para registro de candidaturas, impugnações, recursos e outras fases do certame) estarão descritas no edital.

b) a documentação a ser exigida dos candidatos, como forma de comprovar o preenchimento dos requisitos previstos no art. 133 da Lei nº 8.069, de 1990 e em Lei Municipal de criação do Conselho Tutelar;

c) as regras de divulgação do processo de escolha, contendo as condutas permitidas e vedadas aos candidatos, com as respectivas sanções previstas em Lei Municipal;

d) composição da comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha, já criada por resolução própria;

e) informações sobre a remuneração, jornada de trabalho, período de plantão e/ou sobreaviso, direitos e deveres do cargo de membro do Conselho Tutelar; e

f) formação dos candidatos escolhidos como titulares e dos candidatos suplentes e aplicação da prova de conhecimentos específicos de caráter;

g) Período e as regras da campanha eleitoral, com descrição das condutas permitidas e vedadas aos candidatos e as respectivas sanções;

h) Os requisitos para a posse e exercício do mandato de Conselheiro

§ 1º Ao Edital de Abertura do processo de escolha de membros suplentes do Conselho Tutelar dar-se-á ampla divulgação, devendo o mesmo ser publicado no Site Oficial ou Diário Oficial do Município, se houver, bem como em todos os meios de imprensa oficial definidos nesta Resolução, devendo ser também afixado em locais de amplo acesso ao público.

§ 2º Para os fins de ampla divulgação, também deverão ser realizadas chamadas em rádio local, jornais e outros meios de comunicação.

§ 3º A divulgação do processo de escolha deverá ser acompanhada de informações sobre as atribuições do Conselho Tutelar e sobre a importância da participação de todos os cidadãos, na condição de candidatos ou eleitores, servindo de instrumento de mobilização popular em torno da causa da infância e da juventude, conforme dispõe o art. 88, inciso VII, da Lei nº 8.069, de 1990.

SEÇÃO II DOS REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO DE CANDIDATO

Art. 7º Poderão obter sua inscrição como candidatos aos cargos de Conselheiros Tutelares, todos que apresentarem documentação que preencham os seguintes requisitos:

- I. Reconhecida idoneidade moral;
- II. Idade superior a 21 (vinte e um) anos;
- III. Residir no Município há mais de dois anos;
- IV. Conclusão do Ensino Médio (ou modalidade de ensino estabelecida na Lei Municipal);
- V. Não ter sido suspenso ou destituído do cargo de membro do Conselho Tutelar em mandato anterior, por decisão administrativa ou judicial;
- VI. Não incidir nas hipóteses do art. 1º, inc. I, da Lei Complementar Federal n. 64/1990 (Lei de Inelegibilidade);
- VII. O membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ou servidor municipal ocupante de cargo público, em comissão, função gratificada ou mandato eletivo, que pretenda se inscrever no processo de escolha, deverá requerer o seu afastamento no ato da inscrição, observado o art. 37, XVI e XVII da Constituição Federal.
- VIII. Ser eleitor do município e estar no gozo de seus direitos políticos.
- IX- Ter disponibilidade para dedicação exclusiva nas funções de Conselheiro Tutelar com carga horária semanal de 20 horas.
- X- após inscrição homologada, o candidato deverá realizar capacitação de 8 horas que será oferecida pelo município, conforme data prevista no cronograma do edital.
- XI- obter aprovação de 60% na prova de conhecimentos específicos do conselheiro tutelar que será trabalhado na capacitação.

SEÇÃO III DAS INSCRIÇÕES E REGISTRO DAS CANDIDATURAS

Art. 8º A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas nesta Resolução, bem como das decisões que possam ser tomadas pela Comissão Especial em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

Parágrafo único. É de exclusiva responsabilidade do candidato observar os prazos, homologação, data e resultado da prova. Editais publicados pelo COMDICA e no mural da Prefeitura Municipal, no site oficial do Município <https://www.vilaflores.rs.gov.br/> e no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

Art. 9º A inscrição será gratuita e deverá ser realizada pessoalmente pelo candidato.

Art. 10. As inscrições serão realizadas no período compreendido entre os dias 25.06.2025 até 16.07.2025, na sede do CRAS, localizado na Rua Máximo Detogni, nº 110, Morada da Colina, na cidade de Vila Flores, nas quartas-feiras, no horário das 13h às 16h30min.

Art. 11. São documentos necessários à inscrição, exibidos em sua via original, sem emendas, ressalvas ou rasuras, de forma a comprovar os requisitos exigidos para a candidatura constantes no art. 7º desta Resolução, os abaixo relacionados:

I - Requerimento e ficha de inscrição, em modelo a ser disponibilizado, juntamente com o Edital de Abertura das Inscrições, devidamente preenchida;

II - Documento oficial de identificação válido e com foto, expedido por órgão oficial, com apresentação de original, com cópia do documento, para ser validada no ato da inscrição;

III- Certidão de Nascimento ou Casamento atualizada;

IV- Comprovante de residência atualizado, com emissão de até três meses anteriores à publicação deste Edital;

V- Apresentação do título Eleitoral e Certificado de quitação eleitoral;¹

VI- Certidão de antecedentes cíveis e criminais da Justiça Estadual;²

VII- Certidão de antecedentes criminais da Justiça Eleitoral;³

VIII- Certidão de antecedentes cíveis e criminais da Justiça Federal;⁴

IX- Diploma ou Certificado de Conclusão do ensino médio;

X - Declaração firmada pelo candidato de não ter sido penalizado com a destituição ou cassação de cargo de conselheiro tutelar;

XI - Declaração firmada pelo candidato que se encontra em boas condições de saúde física e mental para o trabalho, não estando incapacitado temporária ou definitivamente para o trabalho;

¹ Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>>.

² Disponível na página eletrônica do Poder Judiciário do Estado.

³ Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-crimes-eleitorais>>.

⁴ Disponível em: <<http://www.cjf.jus.br/servicos/cidadao/certidao-negativa>>.

XII - Declaração firmada pelo candidato de que possui disponibilidade para dedicação exclusiva, para as funções de conselheiro tutelar;

XIII - Declaração firmada pelo candidato de não estar exercendo cargo público (efetivo, comissão, função gratificada ou mandato eletivo) no Executivo ou Legislativo, observado o art. 37, incisos XVI e XVII da Constituição Federal;

XIV - 01 (uma) foto 3X4.

XV - Declaração firmada pelo candidato que obtém conhecimento de informática, digitação e formatação de texto, recebimento e envio de e-mail.

Parágrafo primeiro: Para comprovação de residência, o candidato deverá exibir conta de água, luz, telefone fixo, guia de recolhimento de IPTU com o respectivo comprovante de quitação, certidão de domicílio eleitoral ou, na falta desses, poderá apresentar declaração de residência com firma reconhecida por autenticidade em cartório, acompanhada com pelo menos um dos documentos acima citados, em nome do titular do imóvel em que declara residir.

Parágrafo segundo: O candidato que exercer cargo público deverá comprovar, no momento da inscrição, a possibilidade de permanecer à disposição do Conselho Tutelar.

Parágrafo terceiro: Os documentos deverão ser entregues/apresentados no ato da inscrição, não sendo aceita a entrega posterior.

Art. 12. O pedido de inscrição deverá observar as regras e prazos estabelecidos no Edital de Convocação.

§ 1º As candidaturas devem ser individuais, vedada à composição de chapas ou a vinculação a partidos políticos.

§ 2º O eleitor poderá votar em apenas um candidato.

§ 3º O deferimento da inscrição dar-se-á mediante o correto preenchimento do Requerimento, da ficha de inscrição e pela apresentação da documentação completa, exigida.

§ 4º Nenhuma inscrição será admitida fora do período determinado nesta Resolução.

§ 5º A Comissão Especial Eleitoral poderá sempre que entender oportuno exigir a apresentação de outros documentos complementares ou verificação de originais, para dirimir dúvidas de comprovação dos requisitos exigidos.

§ 6º A Comissão do Processo de Escolha poderá prorrogar o período de inscrições de candidatos quando o número de inscritos for igual ou inferior a 10, sem prejuízo da data unificada nacional para a realização da votação.

§ 7º A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, da Resolução n. 231/2022 do Conanda e na Lei Municipal nº 2.572 de 06 de dezembro de 2022, bem como das decisões que possam ser tomadas pela Comissão Especial e pelo COMDICA em relação aos quais não poderá alegar desconhecimento.

§ 8º O deferimento da inscrição dar-se-á mediante o correto preenchimento da ficha de inscrição e a apresentação da documentação exigida no item 3 (três) deste Edital.

§ 9º A inscrição será gratuita.

§ 10º É de exclusiva responsabilidade do candidato ou de seu representante legal o correto preenchimento do requerimento de inscrição e a entrega da documentação exigida.

§ 11º Caberá à Comissão Especial Eleitoral decidir, excepcionalmente, acerca da possibilidade de complementação de documentação apresentada dentro do prazo pelos candidatos, podendo diligenciar na obtenção de informações que entender pertinentes.

§ 12º Sem prejuízo da publicação oficial, os candidatos serão notificados das decisões da Comissão Especial Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

que lhe digam respeito por meio do endereço de e-mail ou por aplicativo de mensagem eletrônica do número de telefone identificado no formulário de inscrição, dispensando-se a confirmação de recebimento ou outras formas de notificação pessoal.

SEÇÃO IV HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

Art. 13. A Comissão Especial Eleitoral, no prazo estabelecido no Edital de Convocação, homologará as inscrições que atenderem os requisitos e publicará Edital contendo a relação preliminar de candidatos considerados habilitados e inabilitados a prosseguir no certame nos locais oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica, encaminhando-se cópia ao Ministério Público, abrindo-se prazo para apresentação de impugnação.

§1º O deferimento da inscrição dar-se-á após a verificação do correto preenchimento da Ficha de Inscrição e apresentação da documentação exigida pelo art. 11, que é de exclusiva responsabilidade do candidato, não sendo admitida a entrega de qualquer documento após o prazo de encerramento das inscrições.

§2º O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos.

§3º A Comissão Especial tem o direito de excluir do processo de escolha o candidato que não preencher o respectivo documento de forma completa e correta, bem como de fornecer dados inverídicos ou falsos.

§4º A Comissão Especial tem o direito de, em decisão fundamentada, indeferir as inscrições de candidatos que não cumpram os requisitos mínimos estabelecidos neste Edital, na Lei Municipal nº 2.572 de 06 de dezembro de 2022 e na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§5º A relação de inscrições realizadas será publicada, pela Comissão Especial do processo de escolha, no dia 23 de julho de 2025, nos locais oficiais de publicação do Município e no CRAS, inclusive em sua página eletrônica, encaminhando-se cópia ao Ministério Público.

Art.14. Os candidatos habilitados receberão um número de inscrição composto por, no mínimo, 2 (dois) dígitos, distribuído em ordem alfabética, pelo qual se identificarão como candidatos.

Art.15. Finalizadas todas as etapas, será publicada a lista final dos candidatos habilitados, o que deverá ocorrer até dia 12 de agosto de 2025, nos locais oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica, encaminhando-se cópia ao Ministério Público.

SEÇÃO V DO CURSO PREPARATÓRIO PARA A PROVA ESCRITA

Art. 16. Os candidatos habilitados serão convocados para participar de curso preparatório conforme cronograma do edital.

§ 1º Após a realização do curso preparatório, com a certificação de 100% de presença, os candidatos serão submetidos à prova escrita objetiva, de caráter eliminatório.

§2º A prova será formulada por empresa contratada, e aplicada e corrigida pela Comissão Especial.

§3º A prova de conhecimentos contendo 20 questões objetivas sobre o Direito da Criança e do Adolescente, sobre o Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes, para a qual o candidato deve obter a nota mínima de 60% da prova.

§4º A divulgação das notas ocorrerá conforme cronograma do edital, sendo publicada nos locais oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica, sendo possível a interposição de recurso pelos candidatos, no horário de atendimento ao público, no CRAS, no prazo de 3 (três) dias.

§5º Os recursos relativos à prova de conhecimento serão apreciados pela empresa contratada para a prestação de serviço, que deverá publicar decisão conforme cronograma do edital, publicando-se, em seguida, a lista final dos candidatos habilitados, com cópia ao Ministério Público.

CAPÍTULO III DOS RECURSOS

Art. 17. No prazo estabelecido nas resoluções, editais e calendário de atividades, a Comissão do Processo de Escolha publicará Edital contendo a relação dos candidatos classificados e desclassificados, na etapa documental, dando ciência ao Ministério Público, assinalando o prazo para apresentação de recursos e impugnações pelos interessados.

§1º Decorrido o prazo para impugnações, a Comissão Especial decidirá e publicará Edital contendo o extrato das decisões, assinalando o prazo para Recurso dirigido ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA.

§2º Das decisões da comissão especial eleitoral caberá recurso à plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

§ 3º Esgotada a fase recursal, a comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha fará publicar a relação dos candidatos habilitados, com cópia ao Ministério Público.

Art. 18. É facultado ao candidato interpor um único recurso para cada instância, em cada fase do processo, nos prazos definidos no Cronograma, contados da data de divulgação dos resultados, a serem protocolados na sede do CRAS ou enviados através do e-mail comdica@vilaflores.rs.gov.br

Parágrafo único. Serão inadmitidos liminarmente os recursos que não se apresentarem, devidamente, fundamentados quanto ao recorrido, bem como, os interpostos fora do prazo.

Art. 19. O recurso interposto deverá conter as seguintes especificações:

I - ser endereçado à presidente do COMDICA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - conter o nome do candidato, endereço e o número de inscrição;

III – ser devidamente fundamentado, com argumentação lógica e consistente;

IV – conter data e assinatura do candidato ou de seu representante que deverá ser legalmente constituído por meio de procuração.

V – Os recursos deverão ser enviados através do e-mail comdica@vilaflores.rs.gov.br para análise da comissão.

Parágrafo único. Os recursos interpostos em desacordo com as especificações contidas neste artigo não serão conhecidos.

Art. 20. A prova escrita não será entregue aos candidatos, mesmo após o encerramento do período de sua aplicação e correção.

Parágrafo único. No período de recursos os candidatos poderão consultar sua prova na sede do CRAS, fazendo as anotações que entenderem necessárias.

CAPÍTULO IV DOS IMPEDIMENTOS

Art. 21. São impedidos de servir, no mesmo Conselho Tutelar, marido e mulher, conviventes em união estável, inclusive quando decorrentes de união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral, ou por afinidade até o 3º grau, conforme o Artigo 140 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Parágrafo único. Estende-se o impedimento em relação à Autoridade Judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na área da infância e juventude, em exercício na Comarca.

CAPÍTULO V SEÇÃO I DA PROPAGANDA ELEITORAL

Art. 22. A propaganda e campanha eleitoral serão permitidas nos moldes, da Lei Federal nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições e a Resolução 231/22 do Conselho Nacional dos Direitos da criança e do Adolescente -CONANDA-, e demais legislações pertinentes.

Art. 23. A campanha eleitoral dos candidatos somente será permitida, após publicação, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Edital contendo a nominata final e oficial dos candidatos que tiverem o registro de suas candidaturas deferido.

§1º A campanha eleitoral deverá seguir cronograma do edital.

§2º Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

§3º A propaganda eleitoral poderá ser feita com santinhos constando apenas número, nome e foto do candidato e *curriculum vitae*.

A veiculação de propaganda eleitoral pelos candidatos somente é permitida após a publicação, pelo Conselho Municipal dos Diretos da Criança e do Adolescente, da relação final e oficial dos candidatos considerados habilitados.

§4º Toda a propaganda eleitoral será realizada sob responsabilidade dos candidatos, não podendo os gastos com a campanha de cada candidato exceder o total de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais), nesse valor incluído eventuais doações.

§5º A propaganda eleitoral poderá ser feita com santinhos constando apenas número, nome e foto do candidato e *curriculum vitae*.

§6º. O material impresso deverá conter o CPF do candidato, a tiragem e o CNPJ da gráfica de origem.

§7º. O material de divulgação das candidaturas não poderá conter nenhuma informação ou conteúdo além dos dados e das propostas do (a) candidato (a) e seu currículo de atuação na área da infância e juventude, sob pena de eliminação do processo de escolha.

§8º As despesas com propaganda deverão ter seus custos documentalmente comprovados junto à Comissão Especial, na forma contábil-balancete de receita e despesa.

§9º O Candidato é também responsável pelos excessos cometidos por seus simpatizantes e que objetivem lhe beneficiar ou desequilibrar o processo de escolha.

§10º É permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-se a igualdade de condições a todos os candidatos.

§11º Aplicam-se ao pleito as diretrizes previstas na Resolução n. 231/2022 do Conanda e, no que couber, as regras relativas à campanha eleitoral previstas na Lei Federal nº 9.504/1997 e alterações posteriores, observadas ainda as seguintes vedações, que poderão ser consideradas aptas a gerar inidoneidade moral do candidato:

I- abuso do poder econômico na propaganda feita por meio dos veículos de comunicação social, com previsão legal no art. 14, § 9º, da Constituição Federal; na Lei Complementar Federal nº 64/1990 (Lei de Inelegibilidade); e no art. 237 do Código Eleitoral, ou as que as suceder;

II- doação, oferta, promessa ou entrega ao eleitor de bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

III- propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público;

IV- abuso do poder político-partidário assim entendido como a utilização da estrutura e financiamento das candidaturas pelos partidos políticos no processo de escolha;

V- abuso do poder religioso, assim entendido como o financiamento das candidaturas pelas entidades religiosas no processo de escolha e veiculação de propaganda em templos de qualquer religião, nos termos da Lei Federal nº 9.504/1997 e alterações posteriores;

VI- favorecimento de candidatos por qualquer autoridade pública ou utilização, em benefício daqueles, de espaços, equipamentos e serviços da Administração Pública;

VII- distribuição de camisetas e qualquer outro tipo de divulgação em vestuário;

VIII- propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa:

a. considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbanas;

b. considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor de bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

c. considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabidamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar,

bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir, com isso, vantagem à determinada candidatura.

X - propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como por faixas, letreiros e banners com fotos ou outras formas de propaganda de massa;

XI - abuso de propaganda na internet e em redes sociais

§12º A campanha deverá ser realizada de forma individual por cada candidato, sem possibilidade de constituição de chapas.

§13º Os candidatos poderão promover as suas candidaturas por meio de divulgação na internet desde que não causem dano ou perturbem a ordem pública ou particular.

§14º A livre manifestação do pensamento do candidato e/ou do eleitor identificado ou identificável na internet é passível de limitação quando ocorrer ofensa à honra de terceiros ou divulgação de fatos sabidamente inverídicos.

§15º A propaganda eleitoral na internet poderá ser realizada nas seguintes formas:

- I. em página eletrônica do candidato ou em perfil em rede social, com endereço eletrônico comunicado à Comissão Especial e hospedado, direta ou indiretamente, em provedor de serviço de internet estabelecido no País;
- II. por meio de mensagem eletrônica para endereços cadastrados gratuitamente pelo candidato, vedada realização de disparo em massa;
- III. por meio de blogs, redes sociais, sítios de mensagens instantâneas e aplicações de internet assemelhadas, cujo conteúdo seja gerado ou editado por candidatos ou qualquer pessoa natural, desde que não utilize sítios comerciais e/ou contrate impulsionamento de conteúdos.

§16º No dia da eleição, é vedado aos candidatos:

- I. Utilização de espaço na mídia;
- II. Transporte aos eleitores;
- III. Uso de alto-falantes e amplificadores de som ou promoção de comício ou carreata;
- IV. Distribuição de material de propaganda política ou a prática de aliciamento, coação ou manifestação tendentes a influir na vontade do eleitor;
- IV. Qualquer tipo de propaganda eleitoral, inclusive "boca de urna".

§17º É permitida, no dia das eleições, a manifestação individual e silenciosa da preferência do eleitor por candidato, revelada exclusivamente pelo uso de bandeiras, broches, dísticos e adesivos.

§18º Compete à Comissão Especial processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura, assegurada a ampla defesa e o contraditório, na forma de resolução específica.

§19º Os recursos interpostos contra decisões da Comissão Especial serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 24. Conforme a gravidade das infrações ocorridas e violação das regras de campanha, a Comissão Especial poderá, após apresentação ao COMDICA, sugerir a instauração de

procedimento administrativo, com direito ao contraditório e ampla defesa do candidato visando à aplicação ou não das penalidades dos incisos II e III:

- I - Advertência verbal ou Escrita poderá ser aplicada Comissão Especial;
- II - Cassação do registro da candidatura;
- III – Cassação do diploma de posse.

Parágrafo único. A violação das regras eleitorais importará na exclusão do candidato infrator ou, se eleito, na cassação do mandato, observado, no que couber, procedimento administrativo observado o devido processo legal.

§1º O candidato envolvido e o denunciante, bem como o Ministério Público, serão notificados das decisões da Comissão Especial e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§2º É vedado aos órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal realizar qualquer tipo de propaganda que possa caracterizar como de natureza eleitoral, ressalvada a divulgação do pleito e dos candidatos habilitados, em igualdade de condições.

§3º É vedado, aos atuais membros do Conselho Tutelar e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, em benefício próprio ou de terceiros, na campanha para a escolha dos membros do Conselho Tutelar, bem como fazer campanha em horário de serviço, sob pena de cassação da candidatura e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

Art. 25. O COMDICA poderá emitir Resolução complementar para normatizar no que se fizer necessário ao bom desenvolvimento do Processo de Escolha dos suplentes a Conselheiros Tutelares, no que se refere as normas eleitorais.

SEÇÃO VI DA VOTAÇÃO E DOS LOCAIS DE VOTAÇÃO

Art.26. Os membros a suplentes do Conselho Tutelar serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto direto, facultativo, uninominal e secreto dos eleitores aptos no cadastro da Justiça Eleitoral no Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

§1º A eleição será realizada na data, conforme cronograma do edital, das 8hs às 17h, nas dependências do CRAS.

§2º No local de votação, deverá ser afixada lista dos candidatos habilitados, com os seus respectivos números.

Art. 27. O COMDICA emitirá Resolução complementar para a regulamentação do processo eleitoral, conforme a Lei Municipal nº 2572 de 6 de dezembro de 2022 no que se refere:

- a) ao local de votação
- b) a forma de eleição;

- c) a seleção e treinamento de mesários, escrutinadores e seus respectivos suplentes;
- d) aos materiais necessários e documentação da eleição;
- e) a segurança do local de votação e apuração.
- f) dia da eleição, apuração de votos e proclamação dos eleitos

§ 1º A comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha deverá:

I - Realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras do processo de escolha aos candidatos considerados habilitados, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local;

II - estimular e facilitar o encaminhamento de notificação de fatos que constituam violação das regras de divulgação do processo de escolha por parte dos candidatos ou à sua ordem;

III - analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação, denúncias e outros incidentes ocorridos no dia da votação;

IV - providenciar urnas eletrônicas junto a Justiça Eleitoral;

V - escolher e divulgar os locais do processo de escolha, preferencialmente seguindo o zoneamento da Justiça Eleitoral;

VI - selecionar e requisitar, preferencialmente junto aos órgãos públicos municipais e distritais, os mesários e escrutinadores, bem como seus respectivos suplentes, que serão previamente orientados sobre como proceder no dia do processo de escolha, na forma da resolução regulamentadora do pleito;

VII - solicitar, junto ao comando da Polícia Militar ou Guarda Municipal local, a designação de efetivo para garantir a ordem e segurança dos locais do processo de escolha e apuração;

VIII - divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial do processo de escolha; e

IX - resolver os casos omissos.

§2º O Ministério Público será notificado, com a antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, de todas as reuniões deliberativas a serem realizadas pela comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como de todas as decisões nelas proferidas e de todos os incidentes verificados.

§3º Não se admitirá a inclusão manual de nomes ao caderno de eleitores nem o voto de eleitores cujo nome não esteja ali indicado.

§4º O voto é sigiloso, e o eleitor votará em cabina indevassável.

§5º O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos a carteira de identidade ou outro documento oficial equivalente, com foto.

§ 6º Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira da identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença e mencionando na ata a dúvida suscitada.

§7º A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de este ser admitido a votar.

§8º O eleitor votará uma única vez, em um único candidato, na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.

§9 A votação se dará em urna eletrônica, cedida pelo Tribunal Regional Eleitoral, com a indicação do respectivo número do candidato.

§10 Caso não seja possível contar com a cessão das urnas eletrônicas, a votação se dará por meio de cédulas eleitorais impressas e padronizadas, seguindo os parâmetros das cédulas impressas da Justiça Eleitoral, aprovadas previamente pela Comissão Especial, constando, em sua parte frontal, espaço para o preenchimento do número do candidato (a depender da definição do modelo de cédula).

§11 Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, indicados pela Comissão Especial.

§12 O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.

Art.28. Os mesários serão, preferencialmente, servidores indicados pelos Poderes Executivo e Legislativo municipais, nominalmente, em número a ser definido pelo COMDICA, suficiente para atender à demanda do processo de eleição.

Parágrafo único. Os mesários servidores públicos municipais poderão optar por hora extra ou seguir orientação do cartório eleitoral referente a folga de dois dias correspondendo ao dia de trabalho.

§ 1º Na impossibilidade de completar-se o quadro de mesários com servidores municipais, o COMDICA e a Comissão Eleitoral ficam autorizados a convocar outros cidadãos, indicados pelas entidades representativas da sociedade civil que compõem o COMDICA.

§ 2º A atuação dos representantes das entidades referidas no parágrafo anterior será gratuita.

§3º O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando a impossibilidade de comparecimento ao Mesário e ao Secretário, pelo menos, 24 (vinte e quatro) horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se a impossibilidade se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

§4º Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário, e, na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Especial.

§5º A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Especial.

§6º Não podem ser nomeados Presidente, Mesário ou Secretário:

- I. Os candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;
- II. O cônjuge ou o companheiro do candidato;
- III. As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

Art. 29. Compete aos mesários, antes do início da votação, verificar se o local escolhido para a eleição está em ordem, assim como o material remetido pela Comissão Especial Eleitoral, a urna e a cabine indevassável.

Art. 30. Na hora designada para o início da votação, cumpridas as exigências previstas nesta Resolução, o Presidente da Mesa, a ser assim designado pela Comissão Especial Eleitoral, declarará iniciados os trabalhos.

Art. 31. Os mesários devem orientar os eleitores para que, antes de ingressar no recinto da cabine, se apresentem à Mesa Eleitoral portando o documento oficial de identificação com fotografia.

§ 1º Os mesários registrarão na folha de controle de votação, o nome do eleitor e o número do documento com fotografia.

§ 2º Após o registro, o mesário deverá colher do eleitor sua assinatura na folha de controle de votação, quando este último deverá conferir seus dados.

Art. 32. Compete ao Presidente da Mesa ou a quem designar como secretário, o registro em ata de todos os acontecimentos que ocorrerem no curso da votação em ata, onde serão colhidas as assinaturas das partes envolvidas, bem como de eventuais testemunhas, quando houver.

SEÇÃO VII DOS FISCAIS DE VOTAÇÃO E APURAÇÃO

Art. 33. Os candidatos poderão indicar um fiscal por cada seção eleitoral, que deverão estar identificados por meio de crachá padronizado, encaminhando o nome e a cópia do documento de identidade deles conforme data prevista no edital.

§ 1º Os candidatos poderão indicar 01 (um) representante para atuar como fiscal de votação e de apuração, independentemente do número de urnas ou mesas apuradoras.

§ 2º Não será permitida no local de apuração a atuação de mais de um fiscal por candidato.

§ 3º Os nomes dos fiscais, juntamente com fotografia que deverá constar na identificação, deverão ser credenciados juntos a Comissão Especial, no período estabelecido no Calendário de Atividades.

SEÇÃO VIII DA REALIZAÇÃO DO PLEITO

Art. 34. O pleito ocorrerá na data prevista, pelo voto facultativo, uninominal, secreto e universal dos cidadãos maiores de 16 (dezesesseis) anos residentes no município, serão submetidos à votação popular os nomes dos candidatos que tiveram suas inscrições homologadas, pendentes ou não de recursos.

§ 1º Serão considerados eleitos como suplentes do Conselho Tutelar os 05 (cinco) candidatos que obtiverem o maior número de votos.

§ 2º Havendo empate no número de votos, será realizado sorteio pela comissão eleitoral através dos nomes na presença dos candidatos.

SEÇÃO IX

DA APURAÇÃO DOS VOTOS E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DAS ELEIÇÕES

Art. 35. A apuração iniciará no mesmo dia da eleição, após o encerramento do horário de votação.

Art. 36. À medida que os votos forem sendo apurados, os candidatos ou seus fiscais poderão apresentar impugnação que serão decididas em caráter definitivo e pleno pela maioria de votos da Comissão do Processo de Escolha e Junta Apuradora, ouvido o Ministério Público, se estiver no local.

§ 1º Os candidatos poderão interpor recurso devidamente fundamentado contra a decisão administrativa, no prazo conforme Cronograma do Edital, sendo que o COMDICA decidirá, publicando o extrato de sua decisão com ciência ao Ministério Público.

§ 2º A Comissão Especial manterá registro de todas as intercorrências do processo eleitoral, lavrando ata própria, da qual será dada ciência ao Ministério Público.

Art. 37. Concluída a contagem dos votos a Comissão Especial deverá lavrar ata contendo o resultado, na qual será discriminado o número de votantes, a votação de cada candidato e o total de votantes, votos e proclamação dos candidatos vencedores, titulares e suplentes.

§ 1º O lançamento dos votos dados a cada candidato será feito em formulário próprio, rubricado pelos integrantes da Comissão do Processo de Escolha, junta apuradora, candidatos ou fiscais presentes.

§ 2º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA manterá em arquivo permanente todas as resoluções, editais, atas e demais documentos do processo de escolha e eleições dos membros do Conselho Tutelar, sendo que os votos dos eleitores deverão ser conservados por 04 anos e, após, poderão ser incinerados.

Art. 38. Concluída a apuração dos votos e decididos os eventuais recursos, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA proclamará o resultado, providenciando a publicação de Edital contendo o resultado da votação, sendo os 5 (cinco) candidatos mais votados os eleitos suplentes do Conselho Tutelar.

Art.39. Após a publicação da lista definitiva de candidatos habilitados ao processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, a Comissão Especial deverá se reunir com os candidatos para dialogar acerca dos compromissos assumidos por eles no tocante às condutas durante a campanha (art. 11, § 7º, Resolução n. 231/2022 do Conanda).

- I- Nessa reunião, deverão ser apresentadas, aos candidatos considerados habilitados, as condutas permitidas e vedadas, com as respectivas sanções previstas em Lei Municipal e as formas de fiscalização dessas condutas.
- II- A cautela recomenda que o COMDICA expeça Resolução específica relativa às regras de campanha, sobretudo caso essas não encontrem disciplina na Lei Municipal, ou

as inclua no próprio edital do certame, reproduzindo os dispositivos da Resolução n. 231/2022 do Conanda (em especial seu artigo 8º).

- III- Além do compromisso tácito, é possível exigir que os candidatos firmem um termo de compromisso formal, declarando conhecimento das regras e dever na sua observância durante toda a campanha.
- IV- O Ministério Público será notificado dessa reunião com a antecedência mínima de 72 horas (art. 11, §7º, Resolução n. 231/2022 do Conanda), podendo se fazer presente, caso entenda oportuno.

SEÇÃO X DO CURSO DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS CONSELHEIROS TUTELARES

Art. 40. Os candidatos eleitos como suplentes serão convocados, antes da data prevista para a posse, para o curso de formação e capacitação para exercício das funções de Conselheiro Tutelar, tendo como conteúdo obrigatório a legislação federal, municipal e demais normas relativas aos direitos da criança e do adolescente, promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA, com caráter eliminatório.

Parágrafo único. Não será dada a posse ao candidato eleito ou reeleito que não apresente o Certificado de Formação, com frequência mínima de 100% da carga horária do curso, devendo ser substituído pelo suplente que apresente o Certificado de Formação, atendido o requisito de frequência mínima, respeitada a ordem de classificação.

CAPÍTULO VI DA POSSE DOS ELEITOS E INÍCIO DE MANDATO

Art. 41. A posse será realizada na data prevista no edital, presidida pelo presidente do COMDICA e o Chefe do Poder Executivo Municipal, em sessão solene, empossarão os eleitos para suplentes do Conselho Tutelar, que assumirão o exercício de seu mandato quando forem convocados pelo executivo municipal.

§ 1º A sessão de posse constará de ata registrada e ato do Executivo Municipal, publicado no Órgão Oficial do Município.

CAPÍTULO VII SEÇÃO I DO REGIME E HORÁRIO DE TRABALHO DO CONSELHEIRO TUTELAR

Art. 42. Durante o curso do mandato, o Conselheiro Tutelar estará sujeito a regime de dedicação integral e exclusiva ao desempenho do mandato, ressalvado o exercício do magistério, desde que haja compatibilidade de horário entre ambas, vedados quaisquer pagamentos a título de horas extras, adicionais, sobreaviso, prontidão ou assemelhados.

Art. 43. A jornada semanal de trabalho do Conselheiro Tutelar será de 20 horas semanais, sem o prejuízo dos períodos de sobreaviso que deverão ser organizados de forma a garantir os períodos de descanso entre as jornadas normais de cada Conselheiro, quando comprovado o atendimento em regime de plantão, conforme regimento interno do Conselho Tutelar.

SEÇÃO II DA REMUNERAÇÃO

Art. 44. O Conselheiro Tutelar escolhido e empossado conforme disposição deste Edital e das regras do processo de escolha faz jus a um subsídio mensal de 01 salário mínimo nacional vigente.

CAPÍTULO VIII DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 45. O COMDICA, através de sua Comissão Especial Eleitoral, poderá expedir resoluções e editais complementares visando o regramento e a lisura do processo de escolha de membros do Conselho Tutelar.

Art. 46. Os atos praticados pela Comissão Especial e pelo COMDICA no curso deste processo eleitoral serão informados ao Ministério Público.

Art. 47. As informações referentes ao processo objeto desta Resolução poderão ser obtidas junto à secretaria executiva do COMDICA.

Art. 48. Cabe ao Município de Vila Flores o custeio de todas as despesas decorrentes do processo de escolha de membros e suplentes do Conselho Tutelar.

Art. 49. As publicações relativas ao processo de escolha dos Conselheiros Tutelares, serão veiculadas no mural da Prefeitura Municipal, na Sede do CRAS e no site oficial do Município Vila Flores.

Art. 50. O COMDICA publicará Edital de Convocação e Abertura do Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares, com o respectivo Calendário de Atividades, contendo datas e prazos do processo e demais documentos pertinentes.

Art. 51. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial, aplicando-se os dispostos nas leis municipais vigentes e na lei federal que instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Art. 52. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Vila Flores, 24 de junho de 2025.

**Neusa Alves do Amaral
Presidente da Comissão Especial Eleitoral
Presidente do COMDICA**